



Dois projetos de Brasil

Enquanto Lula fala em fortalecer políticas sociais e expandir direitos trabalhistas, Flávio defende a redução de impostos e o endurecimento do combate ao crime. Veja o perfil dos candidatos que disputam o segundo turno

»LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT)



» ARMANDO HOLANDA

De retirante nordestino a presidente da República por três mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega à reta final de mais uma eleição diante de um dos maiores desafios de sua trajetória política. Aos 80 anos, o petista tenta conquistar, pela quarta vez, o comando do Palácio do Planalto, mas encontra um cenário diferente daquele que o levou às vitórias de 2002, 2006 e 2022. Agora, além de enfrentar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), precisa superar o desgaste da própria administração e convencer parte do eleitorado de que ainda tem condições de conduzir o país pelos próximos quatro anos.

Nascido em 27 de outubro de 1945, no então distrito de Caetés, em Garanhuns, no Agreste pernambucano, Lula cresceu em uma família pobre e migrou ainda criança para São Paulo. Antes de ingressar na política, trabalhou como engraxate, auxiliar de escritório e metalúrgico. Foi no movimento sindical do ABC paulista, durante a ditadura militar, que ganhou projeção nacional ao liderar greves e mobilizações de trabalhadores. A atuação o levou à fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e à prisão por 31 dias durante o regime militar.

A entrada na política institucional ocorreu em 1986, quando foi eleito deputado federal constituinte. Três anos depois, disputou pela primeira vez a Presidência da República, mas acabou derrotado por Fernando Collor de Mello. Vieram outras duas derrotas, para Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. A vitória só chegou em 2002, após uma mudança de estratégia que ampliou as alianças partidárias e aproximou o então líder sindical de setores empresariais e do centro político.

No Planalto, Lula consolidou sua imagem a partir de programas de transferência de renda e inclusão social. O Bolsa Família, o ProUni e a expansão das universidades e dos institutos federais tornaram-se marcas das primeiras gestões. Também enfrentou crises políticas, como o Mensalão, que atingiu dirigentes históricos do PT. Ainda assim, deixou a Presidência, em 2010, com elevada popularidade e conseguiu eleger Dilma Rousseff como sucessora.

A trajetória, entretanto, sofreu uma ruptura com a Operação Lava-Jato. Condenado em processos posteriormente anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Lula permaneceu preso por 580 dias, entre 2018 e 2019. As decisões que restabeleceram seus direitos políticos



Comecei a trabalhar com 12 anos de idade. Vendi tapioca, vendi laranja, vendi amendoim, vendi sardinha, trabalhei de tudo, engraxate, torneiro mecânico e virei presidente da República. E vocês sabem o que nós fizemos juntos"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente

permitiram o retorno à disputa presidencial em 2022. Na ocasião, derrotou Jair Bolsonaro em uma eleição marcada pela polarização e pela formação de uma frente política que reuniu antigos adversários, entre eles Geraldo Alckmin (PSB), atual vice-presidente.

O terceiro mandato foi apresentado como uma oportunidade de reconstrução de políticas públicas e de retomada do protagonismo brasileiro no exterior. O governo conseguiu aprovar a reforma tributária sobre o consumo, retomou programas sociais e ampliou a faixa de isenção do Imposto de Renda. Também voltou a colocar o combate à fome, a valorização do salário mínimo e a preservação ambiental entre as prioridades da administração federal.

As entregas, contudo, parecem não ter sido suficientes para impedir o crescimento da insatisfação de parte da população. Esse feito, interlocutores do líder petista atribuíram em parte à gestão de comunicação, sob a batuta do ministro Sidônio Palmeira. As cobranças sobre o custo de vida, a segurança pública e a condução da economia passaram a dividir espaço com as realizações da gestão. Nos bastidores do PT, a dificuldade de comunicar os resultados e a dependência da imagem pessoal do presidente tornaram-se motivos de preocupação.

O resultado do primeiro turno aprofundou esse diagnóstico. Lula recebeu 45,16% dos votos válidos, contra 47,03% de Flávio Bolsonaro. A derrota na primeira etapa provocou uma reorganização da campanha e levou o próprio presidente a reconhecer falhas na articulação eleitoral. “Essa foi a campanha

menos organizada que eu participei desde 1989”, afirmou a aliados.

Sob o comando político de Edinho Silva, presidente nacional do PT, a campanha passou a priorizar a mobilização nos estados, a redução da abstenção e a apresentação de propostas com impacto direto na vida da população. A defesa do fim da escala 6x1, a ampliação de direitos sociais e a discussão sobre a tarifa zero no transporte público ganharam espaço no discurso do candidato.

Fôlego

A disputa também levou Lula a assumir uma postura mais ofensiva contra o adversário. Nos debates, o petista passou a explorar as propostas econômicas do senador e os questionamentos envolvendo sua trajetória. O desafio para que ambos abrissem os sigilos bancário, fiscal e telefônico tornou-se uma das principais ofensivas políticas da última semana, levando a discussão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar do cenário apertado, aliados sustentam que Lula recuperou a capacidade de mobilização. A avaliação é de que o presidente conseguiu recolocar no centro do debate as diferenças entre os projetos políticos apresentados ao eleitorado. Lula também enfrenta o desafio de preparar o futuro do próprio campo político. Sem um sucessor natural capaz de reunir o mesmo capital eleitoral, permanece como principal liderança do PT e figura central da esquerda brasileira. A dependência de sua candidatura, ao mesmo tempo que demonstra força, evidencia as dificuldades de renovação do partido.

Hoje, o ex-metalúrgico que chegou ao Planalto após três derrotas presidenciais tentará escrever mais um capítulo de sua trajetória. Para conquistar o quarto mandato, precisará demonstrar que a experiência acumulada e as realizações do governo são suficientes para superar o desgaste político. A eleição também colocará à prova a capacidade de Lula de preservar a coalizão que o reconduziu ao poder em 2022, agora diante de um bolsonarismo que chega às urnas fortalecido.

Durante a mensagem final do debate na Globo, na sexta, o petista pediu para que os eleitores comparassem a “biografia” entre os dois candidatos e citou a infância e adolescência pobre no interior de Pernambuco. “Comecei a trabalhar com 12 anos de idade. Vendi tapioca, vendi laranja, vendi amendoim, vendi sardinha, trabalhei de tudo, engraxate, torneiro mecânico e virei presidente da República. E vocês sabem o que nós fizemos juntos”, acrescentou.

»FLÁVIO BOLSONARO (PL)



» DANANDRA ROCHA

Flávio Bolsonaro (PL) construiu a carreira política sob a influência do pai, Jair Bolsonaro, mas chegou à disputa pela Presidência da República com uma trajetória parlamentar própria e experiência de articulação em Brasília. Aos 45 anos, o senador reúne duas características que atravessam suas declarações públicas: a defesa de bandeiras históricas do bolsonarismo e a disposição de rever posições diante de temas que ganharam espaço na campanha. O movimento aparece nas discussões sobre a escala 6x1, no discurso sobre o Bolsa Família e na aproximação com lideranças religiosas.

A entrada de Flávio na política ocorreu em 2003, quando foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro, aos 21 anos. Ele permaneceu na Assembleia Legislativa fluminense por quatro mandatos consecutivos, até assumir uma cadeira no Senado, em 2019. A segurança pública esteve entre os principais temas de sua atuação, com propostas para endurecer penas, restringir benefícios concedidos a condenados e reduzir a maioria penal. A carreira no Legislativo estadual, iniciada antes de Jair chegar ao Palácio do Planalto, deu ao senador experiência institucional que passou a ser utilizada também na articulação nacional.

A pauta da segurança pública continua sendo uma das principais bandeiras de Flávio. Na campanha presidencial, voltou a defender o endurecimento do combate à criminalidade, o fortalecimento das forças policiais e medidas mais rigorosas contra condenados. Na sabatina à TV Globo, este mês, afirmou que trataria chefes de facções criminosas como narcoterroristas e prometeu mobilizar as Forças Armadas para proteger as fronteiras e combater o tráfico.

Durante o governo do pai, Flávio tornou-se um dos principais interlocutores de Jair Bolsonaro com o Congresso Nacional. Participava de reuniões políticas, mantinha contato com integrantes do Executivo e levava demandas de empresários ao governo. A atuação ampliou sua influência no grupo político e o colocou em posição de interlocução entre o Palácio do Planalto, lideranças partidárias e setores econômicos.

A relação com o pai continua sendo um dos eixos centrais de sua candidatura. Em entrevista à TV Record, em agosto, afirmou que Jair poderia participar de um eventual governo como



Olho para trás hoje e percebo que Deus está me preparando há 24 anos para ser presidente do Brasil"

Flávio Bolsonaro, senador

conselheiro. Questionado sobre a possibilidade de nomeá-lo ministro, disse que não havia conversado com o ex-presidente sobre o assunto e que a decisão dependeria do interesse dele. Na semana passada, entretanto, afirmou que não pretendia nomear o pai para um cargo e descartou a possibilidade de o irmão Eduardo Bolsonaro assumir o Ministério das Relações Exteriores.

A defesa do pai também aparece na maneira como Flávio se posiciona sobre o processo que levou Jair Bolsonaro à condenação por tentativa de golpe de Estado. Durante a campanha, o senador contestou o julgamento, defendeu a anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e afirmou que poderia conceder indulto caso o Congresso não aprovasse a medida. A revisão das consequências judiciais impostas ao ex-presidente e a seus aliados ocupa lugar importante em sua agenda, ao lado das críticas à atuação do Supremo Tribunal Federal.

A trajetória do político foi marcada por controvérsias judiciais. Muito antes de seu envolvimento no caso do Banco Master e do financiamento ao filme *Dark Horse* por Daniel Vercaro, Flávio foi investigado no caso das “rachadinhas” pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, que apurou movimentações financeiras relacionadas ao gabinete do bolsonarista na Assembleia Legislativa. Ele negou as acusações, e decisões judiciais invalidaram parte relevante das provas, até o arquivamento da denúncia pelo Tribunal de Justiça do Rio, em 2022.

A religião ganhou espaço na apresentação pública de Flávio durante a campanha presidencial. O senador afirmou que sua relação com a fé mudou em outubro de 2022, quando, segundo seu próprio relato, passou a se dedicar mais à vida religiosa e à família. Em discursos, associou a candidatura a um propósito divino: “Olho para trás hoje e percebo que Deus

está me preparando há 24 anos para ser presidente do Brasil”.

Em agosto, afirmou que um de seus primeiros atos como presidente seria declarar que “o Brasil é do Senhor Jesus Cristo”. A frase provocou questionamentos sobre a relação entre religião e Estado laico. Depois da repercussão, a campanha esclareceu que a declaração era simbólica e que Flávio pretendia fazer uma oração antes de ler o termo de posse, pedindo proteção para o país. A assessoria também afirmou que ele respeitaria todas as religiões e formas de expressão da fé.

Mudanças de discurso

Na economia, Flávio apresenta um programa baseado em redução de despesas, diminuição da burocracia, corte de impostos e estímulo à atividade privada. Entre as propostas divulgadas estão a redução do número de ministérios, a revisão de cargos comissionados e o uso de imóveis da União para ampliar as receitas públicas. Em agosto, durante o lançamento da campanha, prometeu um “tesouroço” nos gastos e afirmou que pretendia reduzir entraves ao empreendedorismo.

O senador procura associar o ajuste fiscal à preservação de políticas destinadas à população de baixa renda. Ele afirmou que manteria o Bolsa Família enquanto houvesse pessoas que precisassem do benefício, embora defendesse medidas para reduzir gradualmente a dependência dos programas sociais. Recentemente, a coordenadora econômica da campanha de Flávio, Daniella Marques, afirmou que o benefício terá mudanças em uma eventual gestão do senador à Presidência.

A discussão sobre o fim da escala 6x1 tornou-se mais visível a mudança de posição durante a campanha. Flávio criticou a proposta de redução da jornada de trabalho, classificando a iniciativa como oportunista. Dias depois, anunciou que votaria a favor da mudança, após afirmar que havia ouvido trabalhadores e identificado o apoio à medida. O parlamentar declarou que respeitaria a decisão do Congresso e não trabalharia para restabelecer a escala caso fosse eleito. Nos bastidores, a sequência de manifestações abriu espaço para questionamentos sobre a diferença entre sua posição inicial e o compromisso assumido na reta final da disputa. Aliados da campanha de Lula classificaram a mudança ao *Correio* como “desespero”.